EDITORIAL (*)

Senhor Presidente da República,
Excelência:

1. Pela segunda vez consecutiva, digna-se Vossa Excelência presidir à sessão solene de abertura de um novo ano académico do Instituto da Defesa Nacional. Embora seja uma prática regular em algumas grandes instituições estrangeiras congéneres, a atitude de Vossa Excelência, que não tem sido habitual entre nós, constitui uma excepcional distinção para com esta Casa. A presença de Vossa Excelência traduz, certamente, apreço pela forma como o Instituto tem cumprido a sua missão e o alto valor que atribui aos objectivos nele prosseguidos; é altamente gratificante e estimulante para os servidores do Instituto e para os seus Auditores; e confere a esta cerimónia um especial brilho e solenidade. Aceite, pois, Vossa Excelência a nossa respeitosa homenagem e profundo reconhecimento.

Há um ano, dignou-se Vossa Excelência proferir palavras que, além de terem calado fundo em todos os que aqui servem, passaram naturalmente a constituir um importante referencial para a acção a desenvolver, quer pelo quadro de valores em que situou o Instituto, quer pelos princípios e objectivos que invocou como elementos norteadores de acção, quer pela análise que fez das grandes linhas de força da situação internacional e que, naturalmente, condicionam o País e enquadram a sua defesa nacional. Digna-se Vossa Excelência, também mais uma vez, enriquecer esta cerimónia com a sua palavra autorizada. Atrevo-me a interpretar tal circunstância como reveladora de que Vossa

(*) Discurso do General Abel Cabral Couto, Director do IDN, na Sessão Solene de Abertura das Actividades do Instituto da Defesa Nacional em 1992.

Excelência considera esta uma tribuna particularmente adequada à expressão do que entende por oportuno dizer sobre aspectos relevantes da defesa nacional, no quadro das altas responsabilidades que a Vossa Excelência cabem. Se assim for, tal muito nos desvanece.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelência:

Tem Vossa Excelência prestado ao Instituto uma colaboração não só distinta e altamente apreciada, como generosa e com grande disponibilidade, quer aos Cursos de Defesa Nacional, quer na consecução de outras iniciativas do Instituto. Foi, assim, com grande júbilo que vimos a ascensão de Vossa Excelência às altas funções em que foi investido. Permita-se-me que aproveite o ensejo para publicamente lhe prestar homenagem, em nome do IDN, e lhe dizer do nosso reconhecimento e grande prazer pela presença de Vossa Excelência ao que creio num primeiro acto público estranho à Assembleia.

Senhor Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, em representação do Senhor Primeiro-Ministro:

Peço a Vossa Excelência se digne transmitir ao Senhor Primeiro-Ministro o agradecimento do Instituto por se ter feito representar nesta Cerimónia.

Continua Vossa Excelência a acompanhar com o maior interesse e atenção a actividade do Instituto, apoiando a sua Direcção na resolução de problemas que estão fora do seu alcance. E destaco a forma rápida, aberta e compreensiva como superou dificuldades surgidas no âmbito da reformulação da legislação de base do IDN e que permitiu dotá-lo com um novo Estatuto que, no essencial, acolheu propostas e sugestões entendidas como mais adequadas pela Direcção. Ao reiterar a Vossa Excelência

o meu reconhecimento pelo muito que já fez em benefício do prestígio e capacidade de acção do IDN, exprimo também a certeza de que outros objectivos essenciais serão também em breve atingidos, com o apoio, entusiasmo e capacidade de decisão de Vossa Excelência.

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional,
Excelência:

Na pessoa de Vossa Excelência presto homenagem ao órgão que garante, no domínio jurídico, o respeito pelo quadro constitucional e que as actividades da defesa nacional devem respeitar e servir. Aceite Vossa Excelência o nosso reconhecimento por nos honrar com a sua presença.

Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,
Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada:

Tem o IDN, desde a sua criação, prestado um papel, ainda que talvez aquém do possível, na formação dos quadros superiores das Forças Armadas, em especial no domínio do pessoal, incluindo o da actividade docente. Na pessoa de Vossas Excelências homenageio as Forças Armadas, aproveitando o ensejo para exprimir a Vossas Excelências, bem como aos Senhores Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea, reconhecimento pelos apoios recebidos, bem como pelo estímulo das vossas presenças.

Senhores Embaixadores,
Senhores Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea,
Senhores Secretários de Estado,
Senhor Vigário-Geral Castrense e Excelência Reverendíssima,
Senhores Oficiais Generais,

Senhores colaboradores das actividades do IDN,
Senhores Presidente e Vice-Presidentes da Direcção da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional,
Demais Convidados:

Agradeço a Vossas Excelências o terem aceitado o convite que lhes foi dirigido, gratificando-nos com a vossa presença, que reflecte apreço por este Instituto e pela acção nele desenvolvida e constitui um forte incentivo para o cumprimento da missão.

Senhores Auditores dos Cursos de Defesa Nacional de 1991 e de 1992,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

2. Nesta sessão de abertura do novo ano lectivo cabe-me proceder a uma resenha da actividade e de outros factos significativos da vida do Instituto, avaliar desvios em relação aos objectivos visados e as suas causas e ponderar ou enquadrar perspectivas de futuro.

No passado ano lectivo as actividades nucleares do Instituto compreenderam a realização:

- *— Do Curso de Defesa Nacional, com a duração de cerca de 7 meses, o qual foi concluído por 28 Auditores, em Lisboa, e 20 Auditores na Delegação do Porto, e compreendendo 34 elementos civis, 11 elementos das Forças Armadas e 3 elementos das Forças de Segurança.*
- *— O Estágio Interforças, com a duração de 4 semanas, e que foi frequentado por 21 coronéis e capitães-de-mar-e-guerra e que, nos Institutos de Altos Estudos dos respectivos Ramos, haviam concluído o curso de habilitação ao generalato.*

Relativamente ao planeamento elaborado, não foi realizado o Estágio de Estados-Maiores Conjuntos, em resultado de exigências de alta prioridade relacionadas com a revisão de legislação fundamental das Forças Armadas.

No quadro da missão, realizaram-se nas instalações do Instituto as seguintes outras actividades:

— *As chamadas «Jornadas de Defesa», impulsionadas pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional e que foram constituídas por 4 Seminários subordinados aos seguintes temas: «A Situação Internacional e a Defesa Nacional», «A Opinião Pública e a Defesa Nacional», «A Juventude e a Defesa Nacional», «Os Grandes Problemas da Defesa Nacional: Objectivos; Recursos e Estruturas; Conceito Estratégico». Estas Jornadas contaram com a intervenção de um leque muito rico e variado de personalidades nacionais e a presença regular de uma apreciável assistência.*

— *7 conferências sobre questões internacionais da actualidade, realizadas por personalidades estrangeiras de renome e que, de um modo geral, contaram com uma assistência qualificada e interessada.*

No âmbito externo, o Instituto promoveu a realização de:

— *21 conferências sobre assuntos de defesa nacional, em colaboração com algumas Universidades, Estabelecimentos e Unidades Militares e organizações de utilidade pública, em diversos locais do País;*

— *2 Semans de Estudos, uma em Coimbra, em instalações da Comissão de Coordenação da Região Centro, e outra em Braga, na Universidade do Minho. Cada uma destas Semanas contou com a presença regular de cerca de 40 Auditores, pertencentes aos mais diversos sectores da actividade regional.*

Como vem sendo hábito, realizaram-se, em colaboração com a Instituição congénere de Espanha, duas jornadas sobre assuntos de Defesa, de interesse para os dois países. O IDN visitou organizações político-militares na Checoslováquia e na Hungria e recebeu as visitas de um Curso do Colégio de Defesa da OTAN e de Delegações dos Institutos de Defesa de Itália e da Bélgica.

Nestas últimas actividades de carácter internacional foram feitas exposições sobre os aspectos mais significativos da realidade nacional, com o apoio de personalidades pertencentes aos Ministérios da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

O Instituto organizou e apoiou a realização, nas suas instalações, da Conferência dos Comandantes e Directores dos Colégios de Defesa dos países da OTAN, a qual, pela primeira vez, se realizou em Lisboa.

O IDN apoiou ainda a realização:

- *— De 2 Seminários, organizados pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos;*
- *— De vários encontros ou reuniões de trabalho de grupos dependentes de organismos oficiais;*
- *— E, em Sintra, de um importante «Workshop» relacionado com a OTAN e que reuniu mais de uma centena de personalidades estrangeiras de elevada qualificação.*

No seguimento de uma linha de orientação que se vem consolidando, foram estabelecidos dois importantes protocolos: um com o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e o outro com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, visando a execução de projectos de investigação do maior interesse para a defesa.

Finalmente, continuou-se a publicação, com regularidade, da Revista «Nação e Defesa» e foram publicados mais 4 volumes relativos à campanha «A Defesa para os anos 90», lançada pelo Ministro da Defesa Nacional. Fica assim concluída a compilação, que foi possível, de todas as intervenções e debates realizados no âmbito da referida campanha, num total de 7 volumes, e que cobrem, de forma bastante profunda e frequentemente contrastada, os mais variados temas de interesse para a defesa nacional.

Para a realização de toda esta actividade, o IDN apoiou-se no seu reduzido núcleo de pessoal orgânico e contou, como é habitual, com a colaboração generosa, entusiástica e patriótica de um conjunto excepcional de personalidades, dos mais diversos

quadrantes e sectores da vida nacional. Nesta oportunidade, presto a mais rendida homenagem a este conjunto notável de colaboradores estranhos ao IDN, bem como exprimo o maior reconhecimento ao pessoal civil e militar do Instituto, com especial realce para o seu corpo de assessores. A todos se reconhecem os altos serviços prestados ao Instituto e a forma como o honram com o prestígio dos seus nomes.

3. Quase no final do ano académico, foi enfim publicado o novo Estatuto do IDN, solucionando-se um problema que se arrastava há cerca de 9 anos. Sem prejuízo de pequenas reservas pontuais à solução encontrada, o novo Estatuto abre mais vastas possibilidades de acção ao Instituto, com a criação de um corpo de assessores a tempo inteiro, sendo intenção privilegiar o seu preenchimento por elementos civis, com qualificações elevadas em domínios do maior interesse para a actividade do IDN, como sejam os das Relações Internacionais, da Sociologia, da História, da Estratégia, etc. O novo Estatuto contempla também a criação de um Departamento de Investigação de Defesa, o que, com a capacidade anteriormente referida, permitirá aprofundar uma actividade onde se têm dado apenas passos incipientes e que se reputa do maior interesse para a missão do Instituto e para a sua projecção externa. Salienta-se, ainda, que o novo Estatuto contempla mecanismos que tendem a reforçar a garantia de isenção, a autonomia, a transparência e o crédito pedagógico e intelectual do Instituto, através da criação quer de um Conselho Geral, quer de um Conselho Pedagógico, englobando personalidades de elevado prestígio e estranhas ao Instituto e ao Ministério da Defesa.

Espera-se submeter em breve à apreciação superior os projectos do novo Regulamento e o relativo à criação da Delegação no Porto, com a respectiva orgânica, ficando então completamente definido o novo dispositivo legal do Instituto.

Infelizmente, só será possível tirar o devido partido das possibilidades proporcionadas pelo novo Estatuto através de uma adequada ampliação das instalações do IDN. É um problema que se arrasta também há largos anos, a cuja solução se opõem

alguns interesses, confessáveis ou não, bem conhecidos, bem como algumas campanhas pouco sérias e que chegam a incluir tomadas de posição por pessoas, com responsabilidades, e que, frequentemente, nem sabem o que é nem onde se situa o Instituto. A actual situação impede a realização simultânea de mais uma actividade nuclear, limitando enormemente a capacidade de acção do IDN; dificulta sobremaneira a entrada em execução da nova orgânica, para o que será necessário utilizar instalações de recurso fora do actual edifício; compromete a possibilidade de exploração dos resultados de projectos de investigação em curso; e torna pouco prestigiante, e por vezes caricato, o funcionamento de alguns serviços, entre os quais a actual Biblioteca, à qual recorre, pela sua riqueza e actualização, um número crescente e já elevado de estudantes universitários e outro pessoal estranho ao IDN e que luta com uma enorme falta de espaço e de condições de funcionamento minimamente satisfatórias.

Crê-se que o impasse em que o problema se encontra deriva, essencialmente, de diferenças de interpretação, de natureza jurídica, e mais de forma que de conteúdo. O Instituto espera que o actual quadro político, bem como o interesse e os reconhecidos dinamismo, determinação e capacidade de decisão do Senhor Ministro da Defesa Nacional permitam uma rápida superação de todas as dúvidas, hesitações, oposições e demais dificuldades.

4. *Senhores Auditores,*
Minhas Senhoras e meus Senhores:

As profundas mudanças políticas verificadas no Leste da Europa nos últimos anos comprometeram todos os referenciais político-estratégicos que nortearam o pensamento e a acção nos últimos quarenta anos e são o reflexo de fenómenos mais profundos nos domínios psicológico e dos valores. O novo mundo, em evolução acelerada e em busca de novos equilíbrios, é um mundo claro-escuro, onde num mesmo espaço se conjugam perspectivas ora ridentes ora temerosas ou onde hipóteses de evolução optimistas alternam com outras, pessimistas, diametralmente opostas.

Neste quadro a prudência é uma atitude de «sagesse»; a informação e a reflexão são exigências para uma compreensão dos fenómenos que permita evitar a surpresa ou comportamentos erráticos ou intempestivos; a experiência histórica pode ser iluminadora de hipóteses de evolução, mas sem que tal comprometa a imaginação criadora que permita enfrentar eficazmente os novos problemas ou situações e sem esquecer que, como dizia o Poeta, o caminho se faz andando. Não é este o momento para uma análise da natureza, da eventual tendência e das potenciais consequências estratégicas da evolução em curso. Aliás, as grandes linhas de força da nova ordem internacional serão, dentro de momentos, analisadas por alguém excepcionalmente qualificado para o feito. Mas não posso furtar-me a duas ou três considerações que permitam enquadrar parte da problemática do Curso que ora solenemente se inicia.

Na Europa, o fim da guerra fria abre perspectivas de transformação de inimigos em aliados, de democratização de regimes, de dignificação dos direitos humanos, de reduções drásticas nos níveis dos armamentos, do desenvolvimento de relações de confiança capazes de servirem de base a um período e forma de Paz que era apenas do domínio do sonho. Mas, simultaneamente, observam-se ou indiciam-se fenómenos de fragmentação política violenta ou de tensões entre territórios vizinhos devido ao revigoramento dos sentimentos nacionalistas; as dificuldades da transição para novos sistemas políticos, económicos e sociais levam a admitir a eclosão de crises susceptíveis de produzirem ou involuções ou a procura de homens e soluções providenciais ou de se cristalizarem em «bodes expiatórios»; afloram algumas manifestações de raiz xenófoba ou racial que recordam outras semelhantes dos anos 30; o risco de fragmentação de uma superpotência nuclear levanta problemas novos, relativamente aos quais não há reflexão teórica ou experiência histórica. Além disso, a queda de vários muros dá aso a várias visões do que se entende por Europa e da sua futura arquitectura de segurança e de defesa. Neste quadro apenas esboçado, qual deverá ser a posição de Portugal, na tripla dialéctica, do nacional face ao supranacional, do continental face ao transatlântico, do aprofundamento face ao alar-

gamento? Que arquitectura de segurança advogamos? No âmbito da segurança e defesa, que perfil propomos para a OTAN, a UEO, a CEE ou a CSCE? Que compromissos assumir? Que instrumentos militares devemos criar para o efeito e como os obter?

A Sul e no quadro regional, a visão optimista fortalece-se com o surgimento de sinais promissores de solução do conflito israelo-árabe e de estabilização numa área de crucial importância para a Europa e para o Mundo; com a diminuição do risco de proliferação de potências possuidoras de armas de destruição maciça; com a quebra de influência e de ímpeto dos detentores de um discurso messiânico e radical; com o sucesso da democracia na Península. Mas, numa perspectiva pessimista, a radical inversão verificada nas realidades demográficas prenuncia migrações maciças, capazes de gerarem fortes tensões na estabilidade do mercado de trabalho e nos equipamentos sociais e de amplificarem, de forma difícil de controlar, os fenómenos de xenofobia, de chauvinismo e raciais; as insuficiências do desenvolvimento económico, social e político podem conduzir à instabilidade política e militar numa vasta área, próxima de Portugal, e em que eventuais vazios de poder podem afectar significativamente importantes interesses nacionais; os dinamismos económicos podem servir estratégias que não são politicamente inocentes; aponta-se o alastramento de formas de auto-aniquilamento, de degradação dos valores éticos e de solidariedade, e a erosão da consciência nacional. Que políticas e estratégias preventivas e reactivas podem ser adoptadas tendo em vista a segurança da bacia do Mediterrâneo e, em especial, do Ocidental? Qual a posição e possibilidades de Portugal? Que objectivos mínimos há que proteger, com meios exclusivamente nacionais, por não se inscreverem no quadro das Alianças existentes? Que sistemas privilegiar para o efeito? Sendo, nos termos da lei, um dos objectivos da defesa nacional o fortalecimento das capacidades materiais e morais da Nação, que sectores devem merecer especial atenção, pelo seu carácter estratégico? Por exemplo, qual o papel, neste objectivo, das políticas de educação e de comunicação social?

Na África Austral são evidentes os sinais de apaziguamento de antagonismos internos que tinham, em larga medida, uma alimentação externa; vêm sendo dados passos significativos e praticamente irreversíveis na eliminação do sistema de «apartheid»; alarga-se a penetração das concepções democráticas; encontram-se largamente superados os traumas resultantes de um processo dramático de acesso às independências; e as necessidades da reconstrução abrem vastas perspectivas às nossas capacidades nacionais, inclusivamente no âmbito relevante da cooperação militar. Mas há também quem observe que, em vastas áreas, a instabilidade e a escassez dos recursos atingiram formas endémicas dificilmente reversíveis; que regiões há pouco ricas e organizadas e, potencialmente, fomentadoras de estabilidade e de desenvolvimento se encontram num processo de degradação e de perda de confiança, que poderá conduzir a situações de pânico e a novos e desaustinados fluxos de migração para os países de origem ou outros; e que, por razões culturais e de dificuldades na transição, são elevadas as probabilidades de retrocesso em muitos dos processos de evolução em curso. No caso de uma evolução desfavorável da situação, que papel poderá caber à defesa nacional na protecção e garantia de interesses essenciais de portugueses aí estabelecidos? Que instrumentos e meios podem ser considerados para o efeito? Que domínios privilegiar na cooperação com os países de língua oficial portuguesa? Que exigências se podem colocar, em tal campo, às Forças Armadas Portuguesas? Quanto a este último aspecto, permito-me referir que o problema se porá, essencialmente, não em termos de necessidades de forças, mas sim de quadros patrioticamente motivados e com uma cultura militar sólida que, em vez de uma mera transposição de modelos e doutrinas, facilite a obtenção, com criatividade, das soluções mais ajustadas às necessidades, possibilidades e características do ambiente local; que, contrariamente ao que até há pouco se tendia a admitir, em vez de quadros militares em excesso talvez se venha a verificar uma escassez, o que evidencia a diferença entre o permanente e o conjuntural; e que, finalmente, o valor das For-

ças Armadas, como instrumento do poder político, não se afere apenas pelos sistemas de forças que podem gerar, o que com frequência é esquecido.

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional de 1992:

Eis algumas das questões em torno das quais girará o vosso Curso. De acordo com a filosofia que inspira a actividade didáctica do Instituto, não se pretenderá dar-vos respostas. Procurar-se-á, sobretudo, proporcionar-vos uma ampla e actualizada informação, suscitar o debate de ideias e a abordagem dos problemas sob variadas perspectivas e estimular a vossa reflexão, de forma que, cada um, tirando partido das suas elevadas qualificações profissionais, encontre possíveis hipóteses de explicação ou soluções, satisfatoriamente fundamentadas. Pretende-se, em última análise, que mercê de um melhor conhecimento da realidade internacional e do País que somos, findo o Curso, cada um de vós, fiel à divisa do Instituto, se situe melhor «Nos Caminhos da Nação».

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional de 1991:

Vão V. Exas. receber os diplomas que atestam a regularidade e o empenhamento com que participaram no Curso, com base numa motivação elevada capaz de levar a aceitar sacrifícios variados de ordem profissional e particular. De um modo geral, V. Exas. reconheceram a experiência que acabaram de viver como altamente enriquecedora nos planos cultural, humano e cívico. É vosso prémio, no qual nos revemos como compensação do nosso esforço.

Conscientes de que não há defesa sem espírito de defesa, seguros dos valores fundamentais que estão em jogo, habilitados com uma informação que vos permite discernir as ameaças que podem impender sobre tais valores, oxalá saibais potenciar a mensagem aqui recebida, contribuindo de forma empenhada, dinâmica, criativa e esclarecida para o esforço colectivo de continuar Portugal.